

AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Olenir Maria Mendes¹

“Se a utopia desta proposta significa que ela é difícil de pôr em prática, não deve significar impossibilidade”.
(Almerindo Janela Afonso)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir a avaliação da aprendizagem numa perspectiva processual e abrangente, bem como apresentar alguns princípios orientadores das práticas que pretendem superar a mera verificação da aprendizagem. A partir do conceito de avaliação e de verificação, pretendemos demonstrar suas diferenças e possibilitar uma reflexão das práticas no âmbito da educação popular oportunizando a discussão de procedimentos transformadores das práticas tradicionais em avaliação. Em linhas gerais, pretendemos discutir a importância de mudarmos a mentalidade e buscarmos novas alternativas abrindo mão do uso autoritário da avaliação, alterando a metodologia de trabalho em sala de aula, redimensionando o uso e o conteúdo da avaliação, alterando a nossa postura diante dos resultados e criando uma nova mentalidade entre educadores, educandos e seus familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação de alunos. Educação popular. Alternativas. Avaliação processual.

Ultimamente tem se discutido muito sobre a avaliação, mas poucas têm sido as transformações que ocorrem na prática. Apenas o desejo de mudança, sem levar em conta que a avaliação está vinculada ao processo educativo, dificulta a realização de uma efetiva transformação. “A questão da avaliação (e da reprovação) tem que ser colocada no contexto das relações que ocorrem no interior da sala de aula, da escola e da sociedade” (FREITAS, 2002, p.101). Faz-se necessário uma mudança de todo o sistema de ensino, pois a prática avaliativa, como fonte de seleção, está vinculada a uma perspectiva seriada e classificatória da escolarização e até mesmo da sociedade.

A avaliação assume um caráter formativo e por isso requer uma postura dialética, que compreenda a avaliação como parte do processo de aprendizagem. Seu objetivo central é perceber as deficiências dos educandos e trabalhar suas dificuldades até que ele realmente aprenda.

A mudança em torno da prática avaliativa não é algo fácil. Convivemos por décadas com uma avaliação repressiva, excludente, arraigada em nós. Os estudos em avaliação apresentam fortes perspectivas de mudança das práticas meramente verificativas para práticas voltadas para o acompanhamento do processo de aprendizagem do educando, ou seja, de avaliação propriamente dita. Segundo LUCKESI (1995), a prática mais comum dos professores é de apenas verificar a aprendizagem. Ou seja: ensinamos um conteúdo; aplicamos uma prova sobre o assunto dado; corrigimos a prova através do número de acertos e nunca através do número de erros cometidos, os quais acabam sendo esquecidos por nós; publicamos o resultado; e, independente do resultado, passamos adiante através de um novo conteúdo. Essa prática não é de avaliação, mas sim de verificação.

¹ Professora de Didática da FACED/UFU, Doutoranda na área de Didática pela Faculdade de Educação - USP-SP.

Avaliar significa acompanhar todo o processo de aprendizagem do aluno e, necessariamente, tomar decisões sobre o que fazer com os resultados obtidos durante a verificação. É preciso ajudar o aluno que não aprendeu até que ele aprenda e assim vamos avaliando seus avanços. O erro passa a ter importância para o acompanhamento desse processo, pois será ele um indicador significativo das condições concretas do aluno avaliado. Como bem disse Vasconcellos,

A Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. É a forma de acompanhar o desenvolvimento dos educandos e ajudá-los em suas eventuais dificuldades (VASCONCELLOS, 1995, p. 43).

O ato de verificar e o processo de avaliar são distintos e é preciso perceber tal distinção. Será sobre o conceito de avaliação que estaremos apresentando alguns princípios e não sobre a prática meramente verificativa. Construímos uma educação centrada na verificação onde o importante é seu resultado, ou seja, a nota. A prática educativa “é atravessada mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem” (LUCKESI, 1995, p. 18), com a educação popular não poderá ser assim. É preciso garantir a prática da avaliação junto ao trabalho dos educadores populares.

Sabemos que em se falando de avaliação, é grande a carência de profissionais que saibam utilizar procedimentos atuais e eficazes durante o processo de ensino no sentido de diagnosticar e reconhecer os sucessos e as limitações no campo do ensino e da aprendizagem. Uma formação mais consistente, em termos teóricos, bem como a instrumentalização técnica como mediação necessária ao processo de ensinar e aprender torna-se cada vez mais necessária. “A avaliação do processo e do resultado escolar está profundamente marcada pela necessidade de criação de uma nova cultura sobre avaliação, que ultrapasse os limites da técnica e incorpore em sua dinâmica, a dimensão ética” (ESTEBAN, 2000, p.8). O processo de construção dessa nova cultura é lento; pois mexer com as “mentalidades” e com a cultura escolar leva tempo, entretanto, no âmbito da educação popular, isto fica mais fácil já que por princípio a educação popular implica em inclusão e não exclusão.

Ainda assim, há que se considerar que não será possível haver mudanças radicais nem revolucionárias, afinal é preciso superar o nível de consciência enraizado nas práticas cotidianas da sala de aula. Muitas vezes levamos em consideração apenas o nível de consciência desejado, sem nos darmos conta de que as práticas são também reflexo do que está arraigado em nós. Por isso, o discurso transformador acaba sendo mais freqüente do que a prática transformadora. De qualquer modo, enxergar isso já é um bom sinal de que a transformação está ocorrendo.

Em busca de alternativas

Apesar de parecer óbvio, gostaríamos de explicitar alguns momentos oportunos do cotidiano em que, necessariamente, precisamos ficar atentos para avaliar o nosso aluno. Se quisermos avaliar de forma processual é preciso fazê-lo todos os dias, em todos os momentos em que for possível: quando o aluno solicita a nossa ajuda para resolver alguma questão; durante a correção de exercícios; através das dificuldades em realizar as tarefas de casa;

através do uso de experiências, pelos próprios alunos, na explicação de conceitos; através da forma de organização e apresentação dos trabalhos e objetos escolares dos alunos; através de exemplos de comportamentos e, depois, pela observação de sua aplicação em situações posteriores; através das verificações de caráter mais formal (provas escritas dissertativas, de questões objetivas ou práticas), as mais conhecidas e mais valorizadas quando a prática mais comum é de apenas verificação ou práticas menos formais como observações, entrevistas e muitas outras situações que, com certeza, se pararmos para pensar no cotidiano da sala de aula, começaremos a dar a importância que lhes são devidas para a prática avaliativa.

Para realizarmos avaliação de fato, todas as situações cotidianas dividem importância igual e por isso precisamos realizar procedimentos mais diversificados possíveis. Apresentamos, portanto, algumas alternativas que, segundo VASCONCELLOS (1995), compõem princípios a serem construídos coletivamente pela comunidade escolar que busca transformar sua prática verificativa em prática avaliativa. O que poderá fazer a grande diferença no que se refere aos instrumentos utilizados no processo avaliativo é o tratamento dado aos resultados obtidos. Não podemos, simplesmente, verificar uma aprendizagem e não fazer nada para mudar a situação identificada. Ao contrário, faz-se necessário fazer tudo o que pudermos para mudar a situação.

Primeiro princípio: é preciso abrir mão do uso autoritário da avaliação

Quando a avaliação é considerada como mera verificação da aprendizagem de nossos alunos, o que importa é usá-la como poder de controle, especialmente daqueles alunos considerados mais “difíceis” e que, sem a nota, não conseguimos mantê-los sob o nosso controle. Não podemos continuar desviando o objetivo principal da avaliação. Para VASCONCELLOS (1995) precisamos nos recusar a entrar no circuito da perversão da avaliação, afinal não avaliamos para castigar o aluno, mas sim para saber se ele aprendeu o não ou conteúdo dado.

Tendo clara essa função da avaliação, passamos a desejar e nos empenhar para que aconteça a transformação da prática que está aí, por meio de uma nova prática, mesmo que, no início, ainda limitada. Não conseguimos mudar totalmente e, muito menos de uma única vez. O que importa é garantir que cada coletivo escolar busque práticas que concretizem os princípios assumidos, mantendo-se sempre fiel a eles, o que não quer dizer que não possamos mudá-los, pois também os princípios precisam ser avaliados e até mesmo atualizados. Por último, não podemos nos esquecer que a avaliação não é apenas do aluno, mas também do currículo, do material didático, das condições de trabalho, da escola, do professor, da participação dos pais, do sistema educacional, da sociedade etc. Afinal, somos e agimos com os limites dos condicionantes históricos e sociais.

Segundo princípio: é preciso alterar a metodologia de trabalho em sala de aula

A avaliação não é o único problema que enfrentamos. Uma nova prática avaliativa requer, necessariamente, novas práticas metodológicas. Isso significa que não basta mudar a forma de avaliar se não mudarmos as formas de dar aula. A metodologia precisa ser diversificada. Se o aluno não aprendeu de uma forma, é preciso tentar outras até que ele aprenda. Para isso, precisamos ter coragem de atrasar o programa e atender às necessidades de nossos alunos. Isto quer dizer que é preciso retomar, rever, re-enfocar, replanejar, alterar o ritmo,

buscar novas estratégias de abordagem. Temos que partir de onde os alunos estão e não de onde deveriam estar; assim, não importa tanto o que já foi dado, e sim o que foi realmente assimilado. Esse princípio representa uma significativa mudança metodológica. O conteúdo deve ser mais significativo e a metodologia mais participativa para que diminua a necessidade de se recorrer à nota como instrumento de coerção. Se conseguirmos ser mais criativos e dar aulas mais interessantes, também os nossos alunos se interessarão mais pelas aulas e menos pelas “bagunças”, com isso “matamos dois coelhos com uma só cajadada”. Não se pode conceber uma avaliação reflexiva, crítica, emancipatória, num processo de ensino passivo, repetitivo e alienante.

Além do mais, por mais óbvio que possa parecer, é preciso estudar para aprender, para compreender o mundo, para usufruir do patrimônio acumulado pela humanidade e transformar este mundo, para participar ativa e conscientemente desse mundo, para sermos cidadãos. Infelizmente, os alunos são incentivados a estudar apenas para tirar nota e não para aprender, o que não é a mesma coisa. Nem sempre quem tira boas notas aprendeu de fato, assim como quem não tira boas notas também não quer dizer que não saiba nada do que foi ensinado. Essa é uma forte perversão do processo ensino-aprendizagem.

Uma prática metodológica que possa colaborar com uma sólida aprendizagem precisa privilegiar a problematização, o debate, a exposição interativo-dialogada, a pesquisa, a experimentação, o trabalho de grupo, a dramatização, o desenho, a construção de modelos, o estudo de meio, os seminários, os exercícios de aplicação, as aulinhas dos alunos, dentre tantas outras práticas mais participativas e o mais diversificadas possível. Precisamos lembrar que os nossos alunos têm direito à dúvida; são elas que revelam ao professor o percurso que o aluno está fazendo na construção do conhecimento. É preciso incentivar e garantir a prática de perguntar durante as aulas. Muitas vezes, mais importante que responder é saber ou conseguir elaborar uma boa pergunta.

Terceiro princípio: também é preciso redimensionar o uso da avaliação - forma e conteúdo

Até que ponto usamos devidamente a avaliação através de seus instrumentos? Até que ponto a forma como avaliamos tem contribuído para nos mostrar, com clareza, o que aprendeu e o que não aprendeu o nosso aluno? Uma coisa é certa: é essencial e urgente que diminuamos a ênfase na avaliação. A escola tem funcionado totalmente voltada para a avaliação. Criamos rituais especiais para que ela aconteça, damos muito mais valor ao dia da prova do que ao dia da aprendizagem. Por que será que escrevemos ou “ordenamos” para que nossos alunos estudem somente nas vésperas das provas? Por que não os “obrigamos” a estudar todos os dias? Por que alguns pais e até professores chegam a dispensar alunos no terceiro bimestre quando já alcançaram a nota necessária para serem aprovados? E o conhecimento? Será que o conteúdo dado no quarto bimestre não é necessário a esses alunos? Pois bem, situações como estas confirmam o quanto temos pervertido o papel da avaliação e mesmo o papel da escola. Mais importante do que conhecer, saber o máximo possível, é tirar uma nota x ou y. Tal prática precisa ser questionada dentro das escolas, não podemos mais aceitar essa forma de avaliar. Se queremos avaliar e não apenas verificar conhecimentos mecanicamente memorizados, temos que avaliar durante o processo de aprendizagem, ou seja, sempre que for preciso, e devemos avaliar para ajudar o aluno, não apenas para atribuir-lhe uma nota.

Não há como deixar de criticar a prova como instrumento meramente verificativo.

Apesar de ser muitíssimo utilizada nas práticas atuais, tratando-se de avaliação processual, esse instrumento não cumpre um papel significativo. A aplicação da prova, nos moldes tradicionais, provoca uma ruptura com o processo de ensino-aprendizagem, além de favorecer a ênfase na nota. Por isso, ela acaba servindo apenas para classificar o aluno e não para diagnosticar a realidade avaliada.

Entretanto, não podemos entender o que foi dito até agora como uma campanha para abolir a avaliação, como tem entendido muitos educadores. Esse é um grande equívoco que vem sendo praticado com frequência. É justamente ao contrário. Se quisermos avaliar durante o processo de aprendizagem do aluno, significa que precisaremos avaliar muito mais do que já o fazíamos. Como disse Vasconcellos (1995), não podemos “jogar fora a água suja junto com a criança”. Precisamos incentivar os alunos a aprender e não simplesmente a tirar nota. Recusar-se a escrever bilhetes avisando o dia da prova e começar a escrever bilhetes orientando e cobrando o estudo feito em casa diariamente podem ser bons começos.

Sabemos que não é fácil implementar as mudanças, especialmente se elas vão mexer com as “mentalidades arraigadas em nós”. De qualquer modo, temos o dever de começar, mesmo que seja aos poucos. Podemos, segundo Vasconcellos (1995), deixar de fazer aquelas tão famosas semanas de provas. Não precisamos mudar o ritual só porque estamos avaliando. Podemos avaliar em diferentes oportunidades, não precisamos nos prender apenas a provas, mas, se o fizermos, podemos diversificar os tipos de questões, contextualizá-las, podemos colocar questões a mais como opção de escolha. Podemos dimensionar o tempo a ser gasto durante a prova, para diminuir a ansiedade de nossos alunos. Além disso, temos obrigação de deixar claros quais serão os critérios utilizados durante qualquer prática avaliativa, especialmente se for atribuída alguma nota. Se avaliamos no dia a dia, não é necessário mandar bilhetes avisando sobre o conteúdo a ser cobrado na avaliação, propiciando que os alunos caiam no vício de estudar apenas o que cobramos em avaliações quantitativas. Precisamos envolver a comunidade para desenvolver o hábito do estudo para adquirir conhecimento e não para obter nota. Podemos ser criativos e diversificar a forma de avaliar: fazendo avaliações em dupla ou em grupos, sem dispensar a individual; fazendo avaliação com consulta; elaborando avaliações interdisciplinares; deixando que os alunos elaborem questões ou propostas de trabalhos para avaliações; eliminando uma das notas de um conjunto, para que o aluno fique menos tenso. Não precisamos incentivar a competição, nem comparar alunos entre si. Para não sobrecarregar o professor, podemos fazer correções por amostragem, auto-correção ou correção-mútua pelos alunos com a nossa supervisão. Por fim, podemos introduzir novas práticas de reflexão sobre as experiências de avaliação, ou seja, precisamos saber o que os alunos acham do método avaliativo ou mesmo do instrumento utilizado, talvez o problema esteja no como avaliamos ou no que usamos para avaliar e não no aluno.

Quarto princípio: temos que redimensionar o conteúdo da avaliação

Como sabemos ou como escolhemos o que deve ser cobrado em uma avaliação? Será que o que perguntamos em uma prova é o que realmente o aluno precisa saber? As respostas para essas questões devem ser encontradas nos objetivos do ensino. Freitas (2002) defende que a avaliação não pode estar desvinculada dos objetivos. O que pretendemos com o conteúdo que passamos aos nossos alunos? Tendo essa resposta teremos as respostas para as duas primeiras perguntas. Para uma prática avaliativa transformadora temos que deixar de fazer avaliação de cunho meramente decorativo. Precisamos ter claro que, mais importante que saber de cor a gramática, é saber escrever, é compreender a língua escrita e falada e saber usá-la com propriedade.

O enunciado prolixo de uma questão não pode ser mais importante do que a própria capacidade de resolução de um problema. Para mudar, precisamos fugir do uso de questionários que só enfatizam a “decoreba”, podemos fazer avaliação sócio-afetiva, ou seja, observarmos as atitudes, os valores, os interesses, os esforços dos alunos, a participação, o comportamento, o relacionamento, a criatividade, a iniciativa etc, mas sem vincular tudo isso à nota. Afinal, como é possível medir e contar acertos sobre esses aspectos? Podemos sim avaliar, no sentido de acompanhar o desenvolvimento sócio-afetivo de nossos alunos, e saber o quanto este aspecto tem influenciando positiva ou negativamente no desenvolvimento do aspecto cognitivo dos mesmos. Quanto à nota de participação, pode ser usada somente com critérios bem objetivos - tais como, dar nota àqueles que entregarem os exercícios solicitados, aos que fizerem todas as tarefas, aos que estiverem presentes nas aulas, aos que trouxerem o material, enfim, somente podemos avaliar quantitativamente os aspectos mais objetivos para não cairmos na subjetividade, muitas vezes, discriminatória e preconceituosa.

Outra prática interessante para ser implementada com rigor e seriedade é a auto-avaliação como parte da formação do educando. Isto não significa, de forma alguma, solicitar ao aluno que lhe atribua uma nota, nada disso. Auto-avaliação significa criar situações em que o aluno precise comparar sua atuação, refletir sobre ela e avaliá-la a partir de critérios previamente discutidos e definidos pelo coletivo da sala de aula.

Quinto princípio: é extremamente necessário alterar a nossa postura diante dos resultados

Esse princípio deve ser considerado como um dos mais importantes para que realmente ocorra uma mudança na prática meramente verificativa. Se não pararmos de agir com a intenção de apenas quantificar o que os nossos alunos sabem e depois publicarmos os resultados, de nada vai adiantar tentarmos implementar qualquer um dos princípios anteriormente apresentados. Temos que perceber a necessidade do aluno e conseguir intervir na realidade para ajudar a superá-la. Aqui, o erro passa a ser muito importante para o nosso trabalho; quem erra não é “burro”. O erro revela que o aluno precisa de nossa ajuda. Por meio de seu erro, saberemos como ajudá-lo e em que ele precisa de nossa ajuda. Se não pudermos fazer nada pelos alunos que não aprenderam, então, qual será o nosso papel? Ensinar apenas aos alunos que não têm nenhuma dificuldade?

Outra atitude em favor da avaliação é a urgente necessidade de reativarmos os conselhos de classe, para que eles aconteçam durante o processo e não apenas no final do ano. Um conselho deve conhecer bem melhor um aluno e ter maiores informações, além de propiciar decisões descentralizadas. Assim, estaremos dividindo tamanha responsabilidade ao tomar decisões coletivas sobre o futuro de nossos alunos.

Sexto princípio: criar uma nova mentalidade junto aos alunos, aos colegas e educadores e aos pais

Difícilmente conseguiremos grandes mudanças se não trabalharmos na conscientização da comunidade educativa, ampliando o grupo de adesão às novas concepções de avaliação e conseqüentemente de educação. Só muda quem adquire consciência e desejo de mudança. Esse processo deve ser coletivo, precisamos construir critérios comuns que embasem uma

prática também comum dentro do ambiente escolar. Para que isso ocorra, toda a escola tem que se envolver em uma campanha a favor de novas idéias sobre avaliação, isto é, os alunos, os professores, os funcionários da escola e, claro, toda a família. As principais decisões de mudança devem obter o consenso da maioria que irá implementá-las, ou então corremos o risco de não vê-las saírem do papel.

Considerações finais

Novas práticas avaliativas fazem-se necessárias, mesmo que sejam pequenas, paulatinas e que aconteçam, inicialmente, apenas no interior de uma sala de aula. Temos que começar de alguma forma, mas precisamos atingir toda a escola com o passar dos dias.

Mudar as concepções e as práticas avaliativas não é deixar de avaliar, nem afrouxar. Ao contrário, é ser mais exigente e avaliar muito mais. Além disso, não podemos mais avaliar apenas o aluno, pois todo o sistema faz parte do processo, inclusive o nosso trabalho como professores. Avaliar a aprendizagem de nossos alunos, por mais complexo que possa parecer, é possível e necessário. Não haverá transformação sem ações concretas, mesmo que pareçam pequenas. Vale a pena começar. Afinal, “o real não está na saída nem na chegada ... Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia...” (GUIMARÃES ROSA).

Referências bibliográficas

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dez. de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

ESTEBAN, M. T. (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, L. C. (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

FREITAS, L. C. A “progressão continuada” e a “democratização” do ensino. In: **Avaliação: políticas e práticas**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2002, p. 83-111.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capitalismo e metamorfose conceitual no campo educacional. In: **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 77-108.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

_____. **Avaliação: mito & desafio. Uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

_____. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

LUCKESI, C. **A avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

PÁTIO – REVISTA PEDAGÓGICA. Novas perspectivas em avaliação. Porto Alegre: ArtMed, ano 3, n.12, fev./abr., 2000.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

RABELO, E. H. **Avaliação: novos tempos, novas práticas**. Petrópolis: Vozes, 1998.

- RODRIGUES, N. Fundamentos da organização do tempo e espaço nas escolas. In: **Tempo escolar: hora de refletir e organizar**. Belo Horizonte: SEE/MG. 1999, p. 15-38
- ROMÃO, J. E. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1998.
- SACRISTÁN, J. G. A avaliação no ensino. In: **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998, p. 295-351.
- SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
- SKLIAR, C. (Org.). **Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação: concepção dialética - libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1995.
- _____. **Avaliação da aprendizagem: prática de mudança**. São Paulo: Libertad, 1998.
- _____. **Avaliação: superação da lógica classificatória e excludente**. São Paulo: Libertad, 1998.